

Avulso no porto de Santos vai à greve

Santos — O porto de Santos deverá ficar totalmente paralisado a partir das 7h de hoje por tempo indeterminado, devido a greve dos trabalhadores avulsos que reivindicam o pagamento imediato do repouso semanal remunerado.

Os sindicatos de avulsos, que congregam cerca de 6 mil trabalhadores entre estivadores, conferentes, consertadores e vigia portuários, divulgaram documento esclarecendo que o pagamento do repouso semanal remunerado é equivalente a um sexto da remuneração diária, representando um total aproximado de Cz\$ 266 mil por dia, ou seja, uma media diária de Cz\$ 4 mil 222 para cada uma das 63 agências de navegação, quantia considerada irrisória pela categoria.

O delegado de Trabalho Marítimo, e capitão dos portos, Sérgio Henrique Werneck Machado, também divulgou comunicado garantindo o trabalho dos avulsos não sindicalizados (os bagrinhos) du-

rante o periodo de greve e ameaçando tomar outras medidas para evitar o congestionamento do porto.

Os quatro sindicatos integrantes da unidade portuária, que reúnem os trabalhadores com vínculo empregatício junto à Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, manifestaram apoio ao movimento dos avulsos, avisando que "os doqueiros não atenderão nenhum pedido da empresa no sentido de exercer tarefa que cabe aos avulsos e nem participarão de operações com elementos estranhos ao meio portuário".

Porto de Santos e o único que paralisará suas atividades, pois os demais trabalhadores avulsos do País aceitaram a proposta do Governo Federal de pagamento do repouso semanal remunerado a partir de janeiro de 1987. Os avulsos de Santos não concordaram com essa proposta, por entenderem que não há nenhuma garantia formal

de que a promessa dos ministros dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e do Trabalho, Almir Pazzianotto, será cumprida.

Hoje às 14h30, haverá audiência de conciliação e julgamento no Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, na qual serão analisados as propostas dos armadores e sindicatos de avulsos. O dissídio coletivo foi instaurado a pedido do procurador Regional do Trabalho, José Duarte Saad, e é a primeira vez na história do porto que isso acontece, pois até então as questões trabalhistas dos trabalhadores sem vínculo empregatício com a Codesp era de competência exclusiva da Superintendência Nacional da Marinha Mercante - Sunamam.

Para avaliar o resultado da audiência na sede do TRT, e definir os próximos rumos do movimento, os avulsos realizam nova assembleia hoje às 19h30, na sede do Sindicato dos Estivados.